

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE
Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2021 e de 2020
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN – Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Encontram-se aqui observadas aqueles listados no Capítulo 4 – Anexos – do COSIF. Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

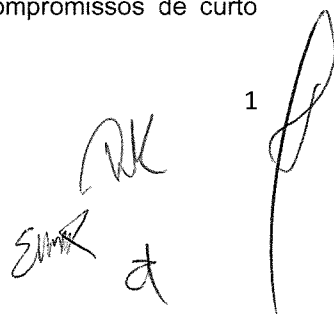
As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 30 de junho de 2021, data de encerramento do semestre, e comparadas em conformidade com a Circular Bacen 3959, de 04/09/2019.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:

a) Disponibilidades

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

1



b) Operações de Crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de "A" até "H". Aquelas classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

c) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

d) Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - CPC 25.

No encerramento do semestre findo em 30.06.2021 não existiam fatos que ensejassem a necessidade de constituir quaisquer tipos de provisão para contingências.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Apuração do Resultado

EMR
AK
2

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

3. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2021 e 2020 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro nacional na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	Jun/2021	Dez/2020
Curto Prazo (para negociação)		26.284	13.747
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	21.925	9.441
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	4.360	4.306
TOTAL		26.284	13.747

4. Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

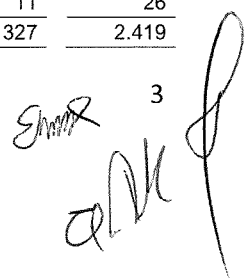
4.1. Composição por Atividade Econômica

A Vencer

Setor Privado	30.06.2021				31.12.2020			
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
Rural	42	125	82	249	-	-	-	-
Outros Serviços	2.303	4.037	15.594	21.934	156	2.633	19.787	22.576
Indústria	309	979	3.457	4.745	80	-	3.482	3.562
Comércio	1.980	5.043	2.778	9.801	2.202	5.986	5.004	13.192
Pessoa Física	105	210	75	390	53	142	18	213
Subtotal	4.739	10.394	21.986	37.119	2.491	8.761	28.291	39.543

Vencido

Setor Privado	30.06.2021				31.12.2020			
	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Serviço	2.813	1.129	222	4.164	185	46	3	234
Indústria	138	94	111	343	29	-	86	115
Comércio	1.260	1.868	650	3.778	1.160	657	227	2.044
Pessoa Física	67	26	23	116	3	12	11	26
Subtotal	4.278	3.117	1.006	8.401	1.377	715	327	2.419

3


4.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A VENCER	30.06.2021					31.12.2020	
	Nível de risco	Até 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão
A	4.125	10.053	16.271	30.448	0,50%	152	123
B	570	181	3.009	3.761	1,00%	38	138
C	17	82	2.690	2.789	3,00%	84	36
D	9	19	-	28	10,00%	3	-
E	12	1	4	18	30,00%	5	1
F	-	19	-	19	50,00%	9	-
G	-	-	-	-	70,00%	-	-
H	7	38	12	57	100,00%	57	22
Total	4.739	10.394	21.986	37.119		348	320

VENCIDO	30.06.2021					31.12.2020	
	Nível de risco	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão
A	645	-	-	645	0,50%	3	3
B	1.426	-	-	1.426	1,00%	14	4
C	2.150	-	-	2.150	3,00%	65	10
D	30	1.077	-	1.107	10,00%	111	19
E	14	301	-	315	30,00%	95	89
F	7	1.504	-	1.511	50,00%	755	126
G	-	234	-	234	70,00%	164	50
H	6	2	1.006	1.013	100,00%	1.013	249
Total	4.278	3.117	1.006	8.401		2.219	550

4.3. Movimentação da provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa nos exercícios:

	30.06.2021	31.12.2020
Saldo no Início do exercício	870	1.113
Adições	1.937	694
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	(28)	(440)
Reversões	(-)	(34)
Baixa	(212)	(463)
Saldo no Final do semestre	2.567	870

5. Imobilizado de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2020	Adições 1º Sem.2021	Baixas	Saldo em 30/06/2021	Saldo em 30/06/2020
PERMANENTE	481	(44)	-	437	180
Imobilizado de Uso	59	269	-	328	72
Móveis e Equipamentos de Uso	654	304	-	958	650
Mobiliário	285	1	-	285	285
Equipamento de Processamento	318	301	-	619	318
Outros Equipamentos	52	2	-	54	48

4

Handwritten signatures and initials: SMM, AK, and a large signature.

(Depreciação)	(595)	(35)	-	(630)	(577)
(-) Depreciação Móveis e Equip. de Uso	(595)	(35)	-	(630)	(577)
(-) Mobiliários	(240)	(14)	-	(254)	(226)
(-) Equipamento de Proc. de Dados	(314)	(18)	-	(333)	(314)
(-) Outros Equipamentos	(40)	(3)	-	(44)	(39)
Intangível	422	(313)	-	109	108
Ativos Intangíveis	1.456	2	-	1.458	829
Sistema de Processamento Aquisição	9	-	-	9	9
Licenças Contratuais	1.447	2	-	1.449	820
(-) Amortização Acumuladas	(1.034)	(315)	-	(1.349)	(721)
(-) Sistema Proc. Dados/Aquisição	(6)	(1)	-	(7)	(5)
(-) Amortização de Licenças Contratuais	(1.028)	(314)	-	(1.342)	(716)

Os ativos Imobilizado e Intangíveis se encontram dentro da composição do plano de contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), estatuídos, respectivamente, pelas Cartas Circulares no. 3941 e 3940, de 22 de março de 2019; – BACEN.

6. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se a repasses do FINEP e BNB-FNE, correspondentes a financiamentos de longo prazo, superiores a 5 anos para liquidação e já estão sendo amortizados mensalmente e o FUNGETUR correspondente a financiamento de curto prazo, com liquidação do nosso passivo prevista até 31/12/2021, se não houver operações, conforme demonstrado a seguir.

Passivo Circulante

	30.06.2021	31.12.2020
Obrigações por Repasses – FINEP	347	347
Obrigações por Repasses – BNB	151	151
Obrigações por Repasses – FUNGETUR	10.000	-
	10.498	498




Exigível a Longo Prazo

	30.06.2021	31.12.2020
Obrigações por Repasses – FINEP	547	716
Obrigações por Repasses – BNB	246	319
	793	1.035

- Os recursos do FINEP são corrigidos pela TJLP, e apresentaram garantias de imóveis/máquinas;
- Os recursos do BNB são PRE - Fixados, e apresentaram garantias reais de painéis solares;
- Os Recursos do FUNGETUR são corrigidos pela SELIC.

7. Outras Obrigações - Diversas

Outras obrigações são constituídas das provisões das despesas administrativas do mês de jun/2021 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do exercício, provisão de ordenado e outros credores. Em

5




dezembro de 2020 figurou dotação em dinheiro no valor de R\$ 6.500 (mil), depositado no Banco do Brasil S/A para aumento de Capital Social, creditado à instituição pelo seu maior acionista (Governo do Estado de Pernambuco), aprovado pelo Banco Central do Brasil e incorporado em data de 19 de janeiro de 2021 (nota 8).

	jun/21	dez/20
Dotação para Aumento de Capital	-	6.500
Provisão Outras Despesas Administrativas	274	230
Provisão de Ordenado, Férias e Encargos	450	386
Credores Diversos	462	670
TOTAL	1.186	7.786

8. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 78.310 (mil), representado por 77.254.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.



Conforme liberalidade prevista no art. 10º. do Estatuto Social da empresa, em 04 de dezembro de 2020, em ata do Conselho de Administração-CONAD, foi deliberado aumento de Capital Social no valor de R\$ 6.500 (mil), até o limite de 8.000.000,00 (oito milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. Após homologação do Bacen em 19/01/2021, foi incorporado ao Capital da Agência.

O Quadro de acionistas está assim constituído (em Reais 1,00):

Acionistas	30.06.2021		31.12.2020	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Estado de Pernambuco	77.900.000	99,48%	71.400.000	99,43%
AD DIPER	350.000	0,45%	350.000	0,49%
SINDUSGESSO	50.000	0,06%	50.000	0,07%
FEMICRO	10.000	0,01%	10.000	0,01%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
Total	78.310.010	100,00%	71.810.010	100,00%

9. Despesa de Pessoal e Honorários

	Jun2021	Jun2020
Honorários	333	450
Alimentação	357	278
FGTS	112	114
INSS	366	395
Ordenados e Repre	1.048	866
Férias	115	153
13º Salário	110	104
Outras	41	37
	2.482	2.397



 6

10. Outras Despesas Administrativas e tributárias

	Jun2021	Jun2020
Manutenção e Conservação	43	39
Processamento de Dados	22	39
Publicações	121	79
Serviços de Terceiros	151	101
Serviços Técnicos Especializados	29	455
Aluguéis	192	175
Comunicação	61	49
Serviços Sistema Financeiro	133	95
Água, Energia e Gás	37	-
Tributárias e Outras	82	127
	871	1.161

11. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da AGE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 3721/2009, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

b) Risco de Mercado

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

c) Risco Operacional

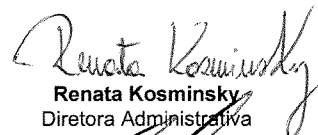
A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de

Handwritten signatures and initials:
 SUMX 7
 A
 RK


responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 3.380/2006.



Eduardo Luiz Almeida de Queiroz
Diretor Presidente-Interino



Renata Kosminsky
Diretora Administrativa



Edilberto Xavier de Albuquerque Junior
Diretor de Negócios



Teófilo Soares de Almeida
Contador-CRC/PE nº 022.654/O-0